

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida à CEOF, CAS e CCJ.

Em, 16, 04, 08.

LIDO
Em 15, 04, 08
[Assinatura]
Assessoria de Plenário

MENSAGEM
Nº 097/2008

Assessoria de Plenário e Distribuição
[Assinatura]
Itamar Pinheiro Lima
Chefe da Assessoria
Matr.: 10694-34

Brasília, 15 de abril de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Tenho a honra de apresentar à elevada apreciação de Vossa Excelência, o anexo Projeto de Lei Complementar que trata da reorganização e unificação do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF, de que trata o art. 40 da Constituição Federal, regime que obrigatoriamente filia todos os titulares de cargos efetivos, ativos, inativos e pensionistas, do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Distrito Federal, incluído o Tribunal de Contas do Distrito Federal, autarquias e fundações, na qualidade de segurados, bem como seus respectivos dependentes.

Por intermédio da presente proposição, o órgão gestor único do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, passa a ter a denominação de Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, autarquia em regime especial, com personalidade jurídica de direito público, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Distrito Federal, em substituição ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Distrito Federal, denominado IPASFE nos termos da lei nº 260, de 05 de maio de 1992, e do art. 17, do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Distrito Federal..

A presente iniciativa visa proporcionar o desenvolvimento de métodos mais modernos, profissionais e eficientes na gestão das responsabilidades da Administração Pública, em consonância com as propostas de programa de governo. Orientado pelas melhores experiências e pelos princípios da eficiência e da transparência, a governança corporativa adotada pelo IPREV/DF também se encontra em sintonia com as melhores práticas nacionais e internacionais. Há a previsão de um sistema de freios e contrapeso na própria entidade, através do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, que são os órgãos internos que deliberam as linhas gerais da administração, segregadas das que executam e que das que exercem a fiscalização.

[Assinatura]
Excelentíssimo Senhor
Deputado ALÍRIO NETO
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA

Assessoria de Plenário
Recibido em 15/04/08
[Assinatura]
Assinatura

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PLC Nº 70 / 2008
Fls. N.º 01 BIA

REGIME DE
URGÊNCIA

Com as mudanças demográficas e a melhoria das condições sociais, nossa população tem expectativa de vida cada dia maior. Assim, o tema da previdência é um dos grandes desafios da sociedade contemporânea, fenômeno que ganha ainda maior relevância no Brasil, onde as mudanças demográficas são ainda mais acentuadas, como apontam os levantamentos anuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Neste ponto, cabe ressaltar que assim como o Governo e a Sociedade tem o orgulho de comemorar o aumento da expectativa de vida da nossa população, também tem o dever de enfrentar com responsabilidade as conseqüências fiscais e orçamentárias, para a manutenção dos pagamentos de benefícios por prazos mais longos. Daí a necessidade de cálculos atuariais rigorosos, desenvolvidos a partir de dados cadastrais objetivos e atualizados, pautando-se pelo compromisso de otimizar-se as contribuições previdenciárias, sejam as do Poder Público, enquanto “empregador”, sejam as dos servidores ativos, inativos ou pensionistas.

Importa destacar que os novos preceitos constitucionais, introduzidos pela Reforma da Previdência, trouxeram impactos também no Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. Dessa forma, caso a temática da previdência não seja enfrentada com coragem e senso de responsabilidade, sem adiamentos ou subterfúgios, tanto os servidores inativos como a própria sociedade serão severamente prejudicados com o esgarçamento das finanças publicas. Assim, a meta do Governo do Distrito Federal é a busca incansável do profissionalismo, da transparência, bem como da racionalização de custos de administração, ou seja, a máxima eficiência na gestão da previdência para os servidores públicos do Distrito Federal.

O referido projeto atende aos preceitos do art. 75, § único inciso VII, da Lei Orgânica do distrito Federal. Para efeitos dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, encaminho estimativa de impacto financeiro, em anexo, decorrente da implantação da presente proposição.

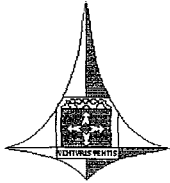
Na expectativa do indispensável apoio dessa casa legislativa, solicito seja referido Projeto de Lei Complementar apreciado em regime de urgência, nos termos do Art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência e seus ilustres Pares meus votos de apreço e consideração.



JOSE ROBERTO ARRUDA
Governador do Distrito Federal

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PLC Nº 70 / 2008
Fls. N.º 02 BIA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS
SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL



ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº. /2008 – INAS/PRESI
DEMONSTRATIVO DE GASTOS EM CONSONÂNCIA COM A LRF

AÇÃO DE GOVERNO	QUANTITATIVO DE CARGOS	APLICAÇÃO DE RECURSOS EXERCÍCIO DE 2008 (R\$)	APLICAÇÃO DE RECURSOS EXERCÍCIO DE 2009 (R\$)	APLICAÇÃO DE RECURSOS EXERCÍCIO DE 2010 (R\$)
- Reorganização e unificação do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF	58	175.521,17/mês	175.521,17/mês	175.521,17/mês
		1.579.690,53/ano	2.281.775,21/ano	2.281.775,21/ano

- Observações:

- 1) A origem das receitas para custeio das ações provenientes da execução da proposta ora encaminhada encontram-se definidas, nos termos do art. 54, do Projeto de Lei encaminhado junto a esta Exposição de Motivos, e conforme seu art. 58 serão utilizadas para o pagamento dos benefícios previdenciários e da taxa de administração destinada à manutenção do **IPREV/DF**, esta fixada em 2% (dois por cento) do valor total das remunerações, proventos e pensões pagas aos segurados e beneficiários vinculados ao **RPPS/DF**, relativo ao exercício financeiro anterior.

- 2) Os valores constantes da tabela acima referem-se aos cargos de natureza especial e aos cargos em comissão relacionados no Anexo Único ao Projeto de Lei encaminhado junto a esta Mensagem, nos termos do art. 93, criados sem aumento de despesa, mediante transformação de cargos do banco de cargos e funções do Governo do Distrito Federal, de que trata o art. 1º, § 3º, do Decreto nº 27.591, de 1º de janeiro de 2007.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PLC Nº 40 / 2008
Fis. N.º 03 BIA

"Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade"

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº.
(Do Poder Executivo)

PLC 70 /2008

Reorganiza e Unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

TÍTULO ÚNICO

Do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal

CAPÍTULO I

Do Órgão Gestor do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal e dos Objetivos

Art. 1º - O Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – **RPPS/DF**, de que trata o art. 40 da Constituição Federal, fica reorganizado e unificado nos termos desta Lei Complementar, sendo obrigatoriamente filiados todos os servidores titulares de cargos efetivos ativos, inativos e pensionistas, do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Distrito Federal, incluídos o Tribunal de Contas do Distrito Federal, autarquias e fundações, na qualidade de segurados, bem como seus respectivos dependentes.

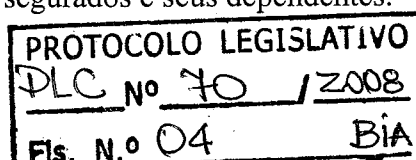
Parágrafo único – Não integram o **RPPS/DF** os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargos em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outros cargos temporários ou de empregos públicos.

Art. 2º - Fica vedada, nos termos desta Lei Complementar e do artigo 40, § 20, da Constituição Federal, a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de uma unidade gestora do regime próprio no âmbito do Distrito Federal.

Art. 3º - Fica instituído o órgão gestor único do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, sob a denominação de Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – **IPREV/DF**, autarquia em regime especial, com personalidade jurídica de direito público, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Distrito Federal, em substituição ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Distrito Federal, denominado IPASFE nos termos da Lei nº. 260, de 05 de maio de 1992, e do art.17, do Ato das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Art. 4º - O **IPREV/DF** tem como atribuição principal captar e capitalizar os recursos necessários à garantia de pagamento dos benefícios previdenciários atuais e futuros dos segurados e dependentes de que trata esta Lei Complementar, por meio de uma gestão participativa, transparente, eficiente e eficaz, dotada de credibilidade e excelência no atendimento.

§1º - Para os fins previstos no *caput* deste artigo, incumbe ao **IPREV-DF** o gerenciamento e a operacionalização do **RPPS/DF**, incluindo a arrecadação e gestão de recursos financeiros e previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários, ora reorganizados e unificados por esta Lei, devidos aos segurados e seus dependentes.



§2º - O Distrito Federal constitui-se garantidor das obrigações do **IPREV/DF**, respondendo subsidiariamente pelo custeio dos benefícios previdenciários devidos aos seus segurados e dependentes, cobrindo qualquer insuficiência financeira do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal.

Art. 5º - O **IPREV/DF**, na consecução de suas finalidades, atenderá, obrigatoriamente, aos seguintes princípios:

I - provimento de regime de previdência social de caráter contributivo e solidário aos segurados e dependentes;

II - caráter democrático e eficiente de gestão, com a participação de representantes do Poder Público do Distrito Federal, dos segurados e dependentes;

III - transparência na gestão de seus recursos financeiros e previdenciários;

IV - gestão administrativo-financeira autônoma em relação ao Distrito Federal;

V - custeio da previdência social, mediante contribuições dos órgãos e dos servidores ativos, inativos e pensionistas de que trata o art. 1º desta Lei Complementar, segundo critérios socialmente justos e atuarialmente compatíveis;

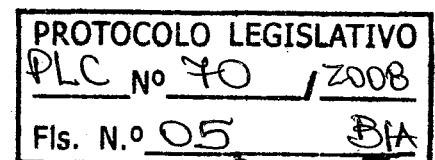
VI - preservação do equilíbrio financeiro e atuarial; e

VII - proibição da criação, majoração ou extensão de quaisquer benefícios ou serviços, sem a correspondente fonte de custeio total.

Art. 6º - O **RPPS/DF**, gerido pelo **IPREV/DF**, visa dar cobertura aos eventos a que estão sujeitos os seus beneficiários e compreende um conjunto de benefícios que atendam às seguintes finalidades:

I - garantir meios de subsistência nos eventos de invalidez, acidente em serviço, idade avançada, reclusão e morte; e

II - proteção à família.



CAPÍTULO II
Dos Beneficiários

Art. 7º - São filiados ao **RPPS/DF**, na qualidade de beneficiários, os segurados e seus dependentes definidos nos art. 1º, 10 e 12.

Art. 8º - Permanece filiado ao **RPPS/DF**, na qualidade de segurado, o servidor titular de cargo efetivo que estiver:

I - cedido a órgão ou entidade da Administração Direta e Indireta de outro Ente Federativo, com ou sem ônus para o Distrito Federal;

II - afastado ou licenciado, desde que observados os prazos previstos em Lei e desde que o tempo de licenciamento seja considerado como de efetivo exercício no cargo;

III - licenciado para tratar de interesses particulares;

IV - durante o afastamento para o exercício de mandato eletivo; e

V - durante o afastamento do país por cessão ou licença remunerada.

Art. 9º - O servidor efetivo requisitado da União, de Estado ou de Município permanece filiado ao regime previdenciário de origem.

Seção I
Dos Segurados

Art. 10 - São obrigatoriamente filiados ao **RPPS/DF**, na condição de segurados, os servidores de que trata o art. 1º desta Lei, ainda que em disponibilidade.

§1º - Na hipótese de acumulação de cargo remunerado, o servidor mencionado neste artigo será segurado obrigatório em relação a cada um dos cargos ocupados.

§2º - O segurado inativo vinculado ao **RPPS/DF**, que exerça ou venha a exercer cargo em comissão, cargo temporário ou emprego público vincula-se, obrigatoriamente, ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

§3º - O segurado do **RPPS/DF** mantém a sua filiação a este regime durante o afastamento do cargo efetivo para o exercício de mandato eletivo.

§4º - O segurado que exerça, concomitantemente, cargo efetivo e mandato eletivo de Vereador filia-se ao **RPPS/DF**, pelo cargo efetivo, e ao regime geral de previdência social - RGPS, pelo mandato eletivo.

Art. 11 - A perda da condição de segurado do **RPPS/DF** ocorrerá nas hipóteses de morte, exoneração ou demissão.

Seção II
Dos Dependentes

PROTOCOLO LEGISLATIVO	
PLC Nº 70	/ 2008
Fls. N.º 06	31A

Art. 12 - São beneficiários do **RPPS/DF** na condição de dependente do segurado:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido;

II - os pais;

III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido.

§1º - A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e das demais deve ser comprovada.

§2º - A existência de dependente indicado em qualquer dos incisos deste artigo exclui do direito ao benefício os indicados nos incisos subsequentes.

§3º - Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantenha união estável com o segurado ou segurada de acordo com o § 3º do art. 226 da Constituição Federal e normas legais pertinentes.

Art. 13 - Equiparam-se aos filhos, nas condições do inciso I do art. 12, mediante declaração escrita do segurado e desde que comprovada a dependência econômica, o enteado e o menor que esteja sob sua tutela e não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

Parágrafo único - O menor sob tutela somente poderá ser equiparado aos filhos do segurado mediante apresentação de termo de tutela.

Art. 14 - A perda de condição do dependente ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - quanto ao cônjuge:

- a) pela separação judicial ou divórcio; ou
- b) pela anulação do casamento.

II - quanto ao companheiro ou companheira, pela cessação da união estável com o segurado;

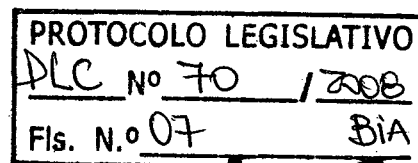
III - quanto ao filho e equiparados e ao irmão, de qualquer condição, ao completarem 21 (vinte e um) anos, ou pela emancipação, salvo se inválidos;

IV - pela cessação da invalidez dos filhos, equiparados ou irmãos maiores de 21 (vinte e um) anos;

V - pela cessação da dependência econômica;

VI - pela acumulação ilícita de pensão;

VII - pelo falecimento ou pela perda de qualquer uma das condições que lhe garanta o direito ao benefício;



Seção III Das Inscrições

Art. 15 - A inscrição do segurado é automática e ocorre quando da investidura no cargo efetivo, mediante cadastro no **RPPS/DF**.

Art. 16 - Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes, os quais poderão promovê-la se ele falecer sem tê-la efetivado.

§1º - A inscrição de dependente inválido requer sempre a comprovação desta condição por inspeção médica, conforme previsto nesta Lei.

§2º - As informações referentes aos dependentes deverão ser comprovadas documentalmente.

§3º - A perda da condição de segurado implica o automático cancelamento da inscrição.

§4º - A inscrição de dependente, ocorrida após 30 (trinta) dias do falecimento do segurado, somente produzirá efeitos a partir da data do protocolo do requerimento.

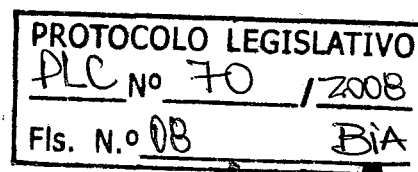
§5º - O segurado deverá informar a modificação do seu grupo de dependentes por inclusão, exclusão ou alteração, que só produzirá efeito a partir da data de entrada do respectivo requerimento, se homologada.

CAPÍTULO III *Do Plano de Benefícios*

Art. 17 - O RPPS/DF, gerido pelo IPREV/DF, assegura aos beneficiários que preencham os requisitos legais os seguintes benefícios:

I - quanto ao segurado:

- a) aposentadoria compulsória por invalidez permanente;
- b) aposentadoria compulsória por idade;
- c) aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição;
- d) aposentadoria voluntária por idade;
- e) aposentadoria especial do professor;
- f) aposentadoria especial nos casos previstos em lei complementar federal, nos termos do art. 40, § 4º da Constituição Federal;
- g) auxílio-doença;
- h) salário-maternidade; e
- i) salário-família.



II - quanto aos dependentes dos segurados:

- a) pensão por morte; e
- b) auxílio-reclusão.

Parágrafo único - Os militares terão regras peculiares determinadas pela Constituição Federal, devendo sempre ser respeitado o caráter contributivo e solidário.

Seção I *Da Aposentadoria Compulsória por Invalidez Permanente*

Art. 18 - A aposentadoria por invalidez será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz de readaptação para o exercício de seu cargo ou outro de atribuições e atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido, respeitada a habilitação exigida, e ser-lhe-á paga, com base na legislação vigente, a partir da data do laudo médico-pericial que declarar a incapacidade e enquanto permanecer nessa condição.

§1º - Os proventos da aposentadoria por invalidez serão proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, hipótese em que os proventos serão integrais, observado, quanto ao seu cálculo, o disposto no art. 46.

§2º - Acidente em serviço é aquele ocorrido no exercício do cargo, que se relacione, direta ou indiretamente, com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

§3º - Equiparam-se ao acidente em serviço, para os efeitos desta Lei Complementar:

I - o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:

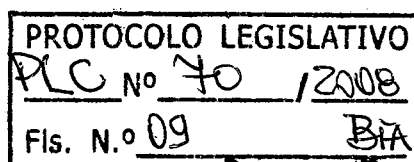
- a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço;
- b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;
- c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;
- d) ato de pessoa privada do uso da razão; e
- e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

III - a doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo; e

IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de serviço:

- a) na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;
- b) na prestação espontânea de qualquer serviço ao Distrito Federal para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;
- c) em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiada pelo Distrito Federal dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado; e
- d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

§4º - Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o servidor é considerado no exercício do cargo.



§5º - Para efeito de concessão de aposentadoria compulsória por invalidez permanente com proventos integrais consideram-se moléstia profissional ou doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o parágrafo primeiro, as seguintes: tuberculose ativa; hanseníase; leucemia; pênfigo foleáceo; alienação mental; neoplasia maligna; cegueira posterior ao ingresso no serviço público; paralisia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave; doença de Parkinson; espondiloartrose anquilosante; nefropatia grave; estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante); síndrome da deficiência imunológica adquirida - Aids; neuropatia grave; esclerose múltipla; contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada; e hepatopatia, aplicando-se ainda, no que couber, os critérios estabelecidos pelo Regime Geral de Previdência Social.

§6º - A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade, mediante exame médico-pericial do órgão competente.

§7º - O pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente de doença mental somente será feito ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório.

§8º - O aposentado que voltar a exercer atividade laboral terá a aposentadoria por invalidez permanente cessada, a partir da data do retorno, inclusive em caso de exercício de cargo eletivo.

Seção II

Da Aposentadoria Compulsória por Idade

Art. 19 - O segurado, homem ou mulher, será aposentado compulsoriamente no limite de idade estabelecido na Constituição Federal, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma estabelecida no art. 46, não podendo ser inferiores ao valor do salário mínimo.

Parágrafo único - A aposentadoria será declarada por ato da autoridade competente, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço.

Seção III

Da Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

Art. 20 - O segurado fará jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos calculados na forma do art. 46, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;

II - tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e

III - sessenta anos de idade e trinta e cinco anos de tempo de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta anos de tempo de contribuição, se mulher.

Seção IV

Da Aposentadoria Voluntária por Idade

PROTOCOLO LEGISLATIVO	
PLC Nº 40	/ 2008
Fis. N.º 10	BTK

Art. 21 - O segurado fará jus à aposentadoria por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma estabelecida no art. 46, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;

II - tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e

III - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher.

Seção V
Da Aposentadoria Especial do Professor

Art. 22 - O professor que comprove, exclusivamente, tempo de efetivo exercício nas funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, quando da aposentadoria prevista no art. 20, terá os requisitos de idade e de tempo de contribuição reduzidos em cinco anos.

Parágrafo único - São consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio, em seus diversos níveis e modalidades.

Seção VI
Do Auxílio-Doença

PROTOCOLO LEGISLATIVO	
PLC Nº 70	/ 7508
Fls. N.º 11	B/A

Art. 23 - O auxílio-doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para o seu trabalho por mais de quinze dias consecutivos e consistirá no valor de sua última remuneração.

§1º - Será concedido auxílio-doença, a pedido ou de ofício, com base em inspeção médica que definirá o prazo de afastamento.

§2º - Findo o prazo do benefício, o segurado será submetido à nova inspeção médica, que concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação do auxílio-doença, pela readaptação ou pela aposentadoria por invalidez.

§3º - Nos primeiros quinze dias consecutivos de afastamento do segurado por motivo de doença, é responsabilidade do Tesouro do Distrito Federal o pagamento da sua remuneração.

§4º - Se concedido novo benefício decorrente da mesma doença dentro dos sessenta dias seguintes à cessação do benefício anterior este será prorrogado, caso em que fica o Distrito Federal desobrigado do pagamento relativo aos primeiros quinze dias.

Art. 24 - O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de readaptação para exercício do seu cargo, ou outro de atribuições e atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido, respeitada a habilitação exigida, será aposentado por invalidez.

Seção VII
Do Salário-Maternidade

Art. 25 - Será devido salário-maternidade à segurada gestante, por cento e vinte dias consecutivos, com início entre vinte e oito dias antes do parto e a data de ocorrência deste.

§1º - Em casos excepcionais, os períodos de repouso anterior e posterior ao parto podem ser aumentados de mais duas semanas, mediante inspeção médica.

§2º - O salário-maternidade consistirá numa renda mensal igual à última remuneração da segurada.

§3º - Em caso de aborto não criminoso, comprovado mediante atestado médico, a segurada terá direito ao salário-maternidade correspondente a duas semanas.

§4º - O salário-maternidade não poderá ser acumulado com benefício por incapacidade.

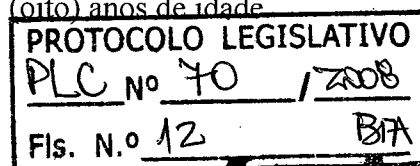
Art. 26 - À segurada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelos seguintes períodos:

I - 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 1 (um) ano de idade;

II - 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade; e

III - 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade.

Seção VIII
Do Salário-Família



Art. 27 - Será concedido o salário-família, mensalmente, por filho ou equiparado menor de 14 (catorze) anos de idade ou inválido, ao segurador que tenha remuneração ou subsídio igual ou inferior ao valor estabelecido no art. 13 da Emenda Constitucional n.º. 20, de 1998.

§1º - O salário-família terá o mesmo valor e reajuste do mesmo benefício pago pelo Regime Geral de Previdência social – RGPS.

§2º - Ao filho ou equiparado menor de 14 (catorze) anos ou ao inválido corresponderá uma cota do salário família, respeitado o valor limite deste artigo, condicionada à apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido.

§3º - O pagamento do salário-família será condicionado à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória, até seis anos de idade, e de comprovação semestral de frequência à escola do filho ou equiparado, a partir dos sete anos de idade.

§4º - Se o segurador não apresentar o atestado de vacinação obrigatória e a comprovação de frequência escolar do filho ou equiparado, nas datas definidas pelo IPREV/DF, o benefício do salário-família será suspenso até que a documentação seja apresentada.

§5º - Não é devido salário-família no período entre a suspensão do benefício motivada pela falta de comprovação da frequência escolar e o seu reativamento, salvo se provada a frequência escolar regular no período.

§6º - A comprovação de frequência escolar será feita mediante apresentação de documento emitido pela escola, na forma de legislação própria, em nome do aluno, onde consta o registro de

freqüência regular ou de atestado do estabelecimento de ensino, comprovando a regularidade da matrícula e freqüência escolar do aluno.

§7º - O salário-família não será pago quando do afastamento por qualquer motivo do segurado.

§8º - O salário-família não se incorporará ao subsídio, à remuneração ou ao benefício, para qualquer efeito.

§9º - Nos casos de acumulação legal de cargos, o salário-família será pago somente em relação a um deles.

§10 - Tendo havido divórcio, separação judicial ou de fato dos pais, ou em caso de abandono legalmente caracterizado ou perda do poder familiar, o salário-família passará a ser pago diretamente àquele a cujo cargo ficar o sustento do menor, ou a outra pessoa, se houver determinação judicial nesse sentido.

§11 - Para efeito de concessão e manutenção do salário-família, o segurado deve firmar termo de responsabilidade, no qual se comprometa a comunicar ao **IPREV/DF** qualquer fato ou circunstância que determine a perda do direito ao benefício, ficando sujeito, em caso do não cumprimento, às sanções penais.

§12 - A falta de comunicação oportuna de fato que implique cessação do salário-família, bem como a prática, pelo segurado, de fraude de qualquer natureza para o seu recebimento, autoriza o **IPREV/DF**, a descontar dos pagamentos de cotas devidas com relação a outros filhos ou, na falta delas, do próprio salário do segurado ou da renda mensal do seu benefício, o valor das cotas indevidamente recebidas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 28 - O direito ao salário-família cessa automaticamente:

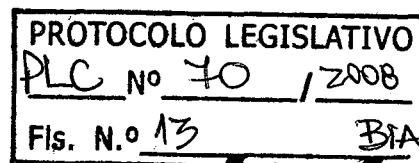
I - por morte do filho ou equiparado, a contar do mês seguinte ao do óbito;

II - quando o filho ou equiparado completar 14 (catorze) anos de idade, salvo se inválido, a contar do mês seguinte ao da data do aniversário;

III - pela recuperação da capacidade do filho ou equiparado inválido, a contar do mês seguinte ao da cessação da incapacidade; ou

IV - pela perda da condição de segurado.

Seção IX
Da Pensão por Morte



Art. 29 - A pensão por morte, conferida ao conjunto dos dependentes do segurado falecido a partir de 20 de fevereiro de 2004, data de publicação da Medida Provisória nº. 167, que originou a Lei Federal nº. 10.887/2004, corresponderá a:

I - a totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, acrescida de setenta por cento da parcela excedente a esse limite; ou

II - a totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, acrescida de setenta por cento da parcela excedente a esse limite, se o falecimento ocorrer quando o servidor ainda estiver em atividade.

§1º - Na hipótese de cálculo de pensão oriunda de falecimento do servidor na atividade, é vedada a inclusão de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão ou do abono de permanência de que trata o art. 45, bem como a previsão de incorporação de tais parcelas diretamente no valor da pensão ou na remuneração, apenas para efeito de concessão do benefício, ainda que mediante regras específicas.

§2º - O direito à pensão é devido a contar da data do falecimento do segurado; da data da decisão judicial, no caso de declaração de ausência; ou da data da ocorrência do desaparecimento do segurado por motivo de acidente, desastre ou catástrofe, mediante prova idônea, sendo o benefício concedido com base na legislação vigente nessa data, vedado o recálculo em razão do reajustamento do limite máximo dos benefícios do RGPS.

Art. 30 - A pensão será rateada entre todos os dependentes em partes iguais e não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente.

§1º - O cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte o companheiro ou a companheira, que somente fará jus ao benefício mediante prova de dependência econômica.

§2º - A habilitação posterior que importe inclusão ou exclusão de dependente só produzirá efeitos a contar da data da inscrição ou habilitação.

Art. 31 - Será concedida pensão provisória por morte, quando o falecimento do segurado for presumido.

§1º - A pensão de que trata o caput deste artigo deixará de ser temporária decorridos 05 (cinco) anos de sua vigência, ressalvado o eventual reaparecimento do servidor ou militar, hipótese em que o benefício será automaticamente cancelado, ficando o beneficiário desobrigado da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

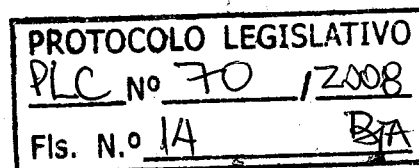
§2º - O beneficiário da pensão provisória deverá anualmente declarar que o segurado permanece desaparecido, ficando obrigado a comunicar ao IPREV/DF o reaparecimento deste sob pena de ser responsabilizado civil e criminalmente.

Art. 32 - A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, prescrevendo tão-somente as prestações exigíveis há mais de 05 (cinco) anos.

Parágrafo único - Concedida a pensão por morte, qualquer prova posterior ou habilitação tardia que implique exclusão de beneficiário ou redução de pensão só produzirá efeitos a partir da data em que for oferecida, assegurado aos beneficiários o direito a prévia ciência, a ampla defesa e o contraditório.

Art. 33 - Não faz jus à pensão o dependente condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.

Seção X



Do Auxílio-Reclusão

Art. 34 - O auxílio-reclusão será concedido, mediante requerimento, ao conjunto de dependentes habilitados do segurado, detento ou recluso, que tenha remuneração ou subsídio igual ou inferior ao valor estabelecido no art. 13 da Emenda Constitucional nº. 20, de 1998.

§1º - O valor do auxílio-reclusão corresponderá à remuneração do segurado, limitado ao valor estabelecido no art. 13 da Emenda Constitucional nº. 20/1998, que será corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

§2º - Para a concessão deste benefício, além da documentação que comprove a condição de segurado e de dependentes, será exigida a apresentação da certidão emitida pela autoridade competente sobre o efetivo recolhimento do segurado à prisão ou respectivo regime de cumprimento de pena, sendo tal procedimento renovado trimestralmente.

§3º - Havendo mais de um dependente, o valor do auxílio reclusão será rateado da mesma forma estabelecida para a pensão por morte.

§4º - O auxílio-reclusão será devido a contar da data em que o segurado deixar de perceber qualquer remuneração dos cofres públicos, após sentença penal condenatória, transitada em julgado.

§5º - Falecendo o segurado detento ou recluso, dentro do prazo estabelecido no § 4º, o auxílio reclusão que estiver sendo pago aos seus dependentes será convertido, automaticamente, em pensão por morte.

§6º - Na hipótese de fuga do segurado, o benefício será suspenso, nada sendo devido aos seus dependentes enquanto estiver o segurado evadido e pelo período da fuga, sendo o benefício restabelecido a partir da data da recaptura ou da reapresentação à prisão.

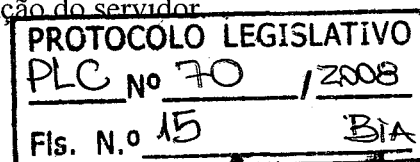
§7º - Caso o segurado venha a ser ressarcido com o pagamento da remuneração correspondente ao período em que esteve preso, e seus dependentes tenham recebido auxílio-reclusão, o valor correspondente ao período de gozo do benefício deverá ser retido pelo órgão pagador a que o segurado estiver vinculado, e restituído ao **IPREV/DF**, aplicando-se os juros e índices de correção incidentes no ressarcimento da remuneração.

§8º - Se houver exercício de atividade dentro do período de fuga, o mesmo será considerado para a perda da qualidade de segurado.

§9º - Aplicam-se ao auxílio-reclusão, no que couber, as normas referentes à pensão por morte, sendo necessária, no caso de qualificação de dependentes após a reclusão ou detenção do segurado, a preexistência da dependência econômica.

§10 - O benefício concedido até 15 de dezembro de 1998 será mantido na mesma forma em que foi concedido, independentemente do valor da remuneração do servidor.

Seção XI
Do Abono Anual



Art. 35 - O abono anual será devido àquele que, durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria, pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-maternidade ou auxílio-doença pagos pelo **IPREV/DF**.

Parágrafo único - O abono de que trata o *caput* será proporcional em cada ano ao número de meses de benefício pago pelo **IPREV/DF**, em que cada mês corresponderá a um doze avos, e terá por base o valor do benefício do mês de dezembro, exceto quanto o benefício encerrar-se antes deste mês, quando o valor será o do mês da cessação.

Seção XII
Das Disposições Gerais sobre Benefícios

Art. 36 - Na hipótese de o cargo em que se der a aposentadoria não estar inserido em plano de carreira, o requisito previsto no inciso IV do art. 43 e inciso III do art. 44 deverá ser cumprido no último cargo efetivo.

Art. 37 - O tempo de carreira exigido para concessão dos benefícios previstos nos art. 43 e 44 deverá ser cumprido no mesmo Ente Federativo e no mesmo Poder.

Art. 38 - Para efeito do cumprimento dos requisitos de concessão das aposentadorias previstas nos art. 20, 21, 42, 43 e 44, o tempo de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria deverá ser cumprido no cargo efetivo em que o servidor esteja em exercício na data imediatamente anterior à da concessão do benefício.

Art. 39 - A concessão de benefícios previdenciários pelo **RPPS/DF**, independe de carência, ressalvada a observância de cumprimento dos prazos mínimos previstos nos art. 20, 21, 42, 43 e 44 para concessão de aposentadoria.

Art. 40 - São vedados:

I - a concessão de proventos em valor inferior ao salário-mínimo nacional;

II - o cômputo de tempo de contribuição fictício para o cálculo de benefício previdenciário;

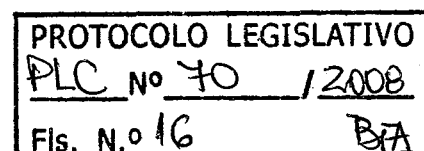
III - a concessão de aposentadoria especial, nos termos do § 4º do art. 40 da Constituição Federal, até que leis complementares federais disciplinem a matéria;

IV - a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime próprio a servidor público titular de cargo efetivo, ressalvadas as decorrentes dos cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal; e

V - a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrente de regime próprio de servidor titular de cargo efetivo, com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

§1º - Não se considera fictício o tempo definido em lei como tempo de contribuição para fins de concessão de aposentadoria quando tenha havido, por parte do servidor, a prestação de serviço ou a correspondente contribuição.

§2º - A vedação prevista no inciso V não se aplica aos membros de Poder e aos inativos, servidores e militares que, até 16 de dezembro de 1998, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime próprio, exceto se decorrentes de cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal.



§3º - O servidor inativo para ser investido em cargo público efetivo não acumulável com aquele que gerou a aposentadoria deverá renunciar aos proventos dessa.

Art. 41 - Concedida a aposentadoria ou a pensão, será o ato publicado e encaminhado pelo IPREV/DF ao Tribunal de Contas do Distrito Federal para homologação.

CAPÍTULO IV

Das Regras de Transição para Concessão de Aposentadoria

Art. 42 - Ao segurado do RPPS/DF que tiver ingressado por concurso público de provas ou de provas e títulos em cargo público efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, até 16 de dezembro de 1998, é facultado aposentar-se com proventos calculados de acordo com o art. 46 quando o servidor, cumulativamente:

I - tiver cinqüenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea "a" deste inciso.

§1º - O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do *caput* terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo art. 20 e pelo art. 22, na seguinte proporção:

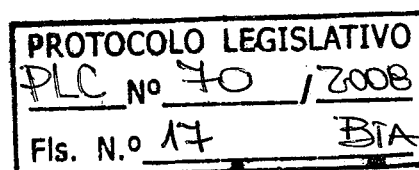
I - três inteiros e cinco décimos por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do *caput* até 31 de dezembro de 2005, independentemente da concessão da aposentadoria ocorrer em data posterior àquela;

II - cinco por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do *caput* a partir de 1º de janeiro de 2006.

§2º - O número de anos antecipados para cálculo da redução de que trata o § 1º será verificado no momento da concessão do benefício.

§3º - Os percentuais de redução de que tratam os incisos I e II do § 1º serão aplicados sobre o valor do benefício inicial calculado pela média das contribuições, segundo o art. 46, verificando-se previamente a observância ao limite da remuneração do servidor no cargo efetivo, previsto no § 9º do mesmo artigo.

§4º - Aplica-se ao membro do Tribunal de Contas o disposto neste artigo.



§5º - Na aplicação do disposto no parágrafo anterior, o membro do Tribunal de Contas, se homem, terá o tempo de serviço exercido até 16 de dezembro de 1998, contado com acréscimo de dezessete por cento, observando-se o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º.

§6º - O segurado professor que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério na União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, e que opte por aposentar-se na forma do disposto no *caput*, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde de que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º.

§7º - As aposentadorias concedidas conforme este artigo serão reajustadas para manter o valor real, de acordo com o dispositivo no art. 51.

Art. 43 - Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas no art. 20, 22, ou no art. 42, o segurado do **RPPS/DF** que tiver ingressado no serviço público na administração pública direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, até 31 de dezembro de 2003, poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria quando, observadas as reduções decorrentes de idade e tempo de contribuição contidas no art. 22, e cumulativamente, vier a preencher as seguintes condições:

I - sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;

II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;

IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

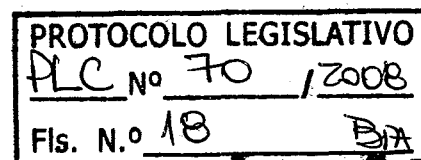
Art. 44 - Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 20, 22, 42 e 43, o servidor que tenha ingressado no serviço público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, até 16 de dezembro de 1998, poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão a última remuneração do servidor no cargo efetivo, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal; quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites de idade definidos no art. 20, Inciso III, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I deste artigo.

CAPÍTULO V



Do Abono de Permanência

Art. 45 - O segurado ativo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária, conforme estabelecido nos art. 20, 22 e 42 e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 19.

§1º - O abono previsto no *caput* será concedido, nas mesmas condições, ao servidor que, até 31 de dezembro de 2003, data de publicação da Emenda Constitucional nº. 41, tenha cumprido todos os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais, com base nos critérios da legislação então vigente, como previsto no art. 42, desde que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos, se homem.

§2º - O recebimento do abono de permanência pelo servidor que cumpriu todos os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais, em qualquer das hipóteses previstas nos art. 20, 22, 42 e 53, conforme previsto no *caput* e § 1º, não constitui impedimento à concessão do benefício de acordo com outra regra vigente, inclusive as previstas nos art. 43 e 44, desde que cumpridos os requisitos previstos para essas hipóteses.

§3º - O valor do abono de permanência será equivalente ao valor da contribuição efetivamente descontada do servidor, ou recolhida por este, relativamente a cada competência.

§4º - O pagamento do abono de permanência é de responsabilidade do Tesouro do Distrito Federal e será devido a partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício conforme disposto no *caput* e § 1º, mediante opção pela permanência em atividade.

CAPÍTULO VI

Das Regras de Cálculo dos Proventos e Reajuste dos Benefícios

Seção I

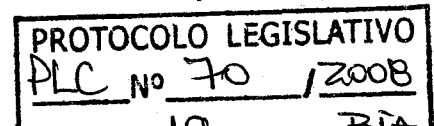
Das Regras do Cálculo dos Proventos de Aposentadoria

Art. 46 - No cálculo dos proventos das aposentadorias referidas nos art. 18, 19, 20, 21, 22 e 42 será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações ou subsídios, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior a aquela competência.

§1º - Para os efeitos do disposto no *caput*, serão utilizados os valores das remunerações que constituíram base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência, independentemente do percentual da alíquota estabelecida ou de terem sido estas destinadas para o custeio de apenas parte dos benefícios previdenciários.

§2º - As remunerações ou subsídios considerados no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização das remunerações-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do RGPS, conforme ato competente editado periodicamente pelo Ministério da Previdência Social.

§3º - Nas competências a partir de julho de 1994 em que não tenha havido contribuição do servidor vinculado a regime próprio, a base de cálculo dos proventos será a remuneração do servidor no cargo efetivo, inclusive nos períodos em que houve isenção de contribuição ou



afastamento do cargo, desde que o respectivo afastamento seja considerado como de efetivo exercício.

§4º - Na ausência de contribuição do servidor não titular de cargo efetivo, vinculado a regime próprio até dezembro de 1998, será considerada a sua remuneração no cargo ocupado no período correspondente.

§5º - As remunerações consideradas no cálculo da média, depois de atualizadas na forma do § 2º, não poderão ser:

I - inferiores ao valor do salário-mínimo;

II - superiores ao limite máximo da remuneração-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao RGPS.

§6º - As maiores remunerações de que trata o *caput* serão definidas depois da aplicação dos fatores de atualização e da observância, mês a mês, dos limites estabelecidos no § 5º.

§7º - Na determinação do número de competências correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo de que trata o *caput*, desprezar-se-á a parte decimal.

§8º - Se a partir de julho de 1994 houver lacunas no período contributivo do segurado por não vinculação a regime previdenciário, em razão de ausência de prestação de serviço ou de contribuição, esse período será desprezado do cálculo de que trata este artigo.

§9º - O valor inicial do provento, calculado de acordo com o *caput*, por ocasião de sua concessão, não poderá exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, sendo vedada a inclusão de parcelas temporárias, conforme art. 47.

Art. 47 - É vedada a inclusão, nos benefícios de aposentadoria e pensão, para efeito de percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão ou do abono de permanência de que trata o art. 45.

§1º - Compreende-se na vedação do *caput* a previsão de incorporação das parcelas temporárias diretamente nos benefícios ou na remuneração, apenas para efeito de concessão de benefícios, ainda que mediante regras específicas, independentemente de ter havido incidência de contribuição sobre tais parcelas.

§2º - Não se incluem na vedação prevista no *caput*, as parcelas que tiverem integrado a remuneração de contribuição do servidor que se aposentar com proventos calculados pela média aritmética, conforme art. 46, respeitando-se, em qualquer hipótese, o limite de remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.

Art. 48 - Para o cálculo do valor inicial dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, será utilizada fração cujo numerador será o total desse tempo e o denominador, o tempo necessário à respectiva aposentadoria voluntária com proventos integrais, conforme inciso III do art. 20, não se aplicando a redução no tempo de idade e contribuição de que trata o art. 22, relativa ao professor.

§1º - A fração de que trata o *caput* será aplicada sobre o valor inicial do provento calculado pela média das contribuições conforme art. 46, observando-se previamente a aplicação do limite de remuneração do cargo efetivo de que trata § 9º do mesmo artigo.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PLC Nº 70 / 2008
Fls. N.º 20 BIA

§2º - Os períodos de tempo utilizados no cálculo previsto neste artigo serão considerados em número de dias.

Seção II

Dos Documentos Comprobatórios da Contribuição

Art. 49 - Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata o art. 46, bem como o tempo de contribuição correspondente, serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado ou, na falta daquele, por outro documento público, sendo passíveis de confirmação as informações fornecidas.

§1º - Os documentos de comprovação dos valores das remunerações de que trata o caput, bem como os de certificação de tempo de contribuição que foram emitidos pelos diversos órgãos da administração, relativos a servidor vinculado a **RPPS/DF**, após a publicação da Medida Provisória nº. 167, de 19 de fevereiro de 2004, que originou a Lei Federal nº. 10.887/2004, terão validade após homologação da unidade gestora do regime.

§2º - Continuam válidas as certidões de tempo de serviço e de contribuição emitidas pelos órgãos da administração pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações ou unidade gestoras dos regimes de previdência social relativamente ao tempo de serviço e de contribuição para o respectivo regime em data anterior à publicação da Medida Provisória nº. 167, de 19 de fevereiro de 2004.

Art. 50 - O **IPREV/DF** fornecerá ao servidor detentor, exclusivamente, de cargo de livre nomeação e exoneração e ao servidor titular de cargo, emprego ou função amparado pelo RGPS, documento comprobatório de vínculo funcional, para fins de concessão de benefícios ou para emissão da Certidão de Tempo de Contribuição pelo RGPS, sem prejuízo da apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP.

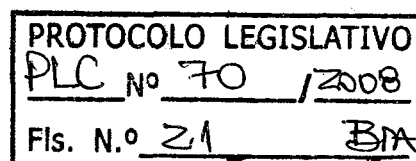
Seção III

Do Reajustamento dos Benefícios

Art. 51 - Os benefícios de aposentadoria e pensão, de que tratam os art. 18, 19, 20, 21, 22, 42 e 44 serão reajustados para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS, de acordo com a variação do índice definido em lei pelo Ente Federativo, aplicado de forma proporcional entre a data da concessão e a do primeiro reajustamento.

Parágrafo único - Os benefícios serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do RGPS, no caso de ausência de índice oficial do Distrito Federal que defina o reajustamento que preserve em caráter permanente o valor real dos benefícios.

Art. 52 - Os benefícios abrangidos pelo disposto nos art. 19, 20, 21, 22 e 42, as pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com o art. 44 e os benefícios em fruição em 31 de dezembro de 2003, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.



Parágrafo único - É vedada a extensão, com recursos previdenciários, do reajustamento paritário de que trata este artigo, aos benefícios abrangidos pelo disposto no art. 43, ainda que a título de antecipação do reajuste anual ou de recomposição de perdas salariais anteriores à concessão do benefício.

CAPÍTULO VII
Do Direito Adquirido

Art. 53 - É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão a qualquer tempo, aos segurados e seus dependentes que, até 31 de dezembro de 2003, tenham cumprido os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente, observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

§1º - Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos segurados referidos no *caput*, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até 31 de dezembro de 2003, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.

§2º - Quando o benefício for calculado de acordo com a legislação em vigor à época da aquisição do direito, será utilizada a remuneração do servidor no cargo efetivo no momento da concessão da aposentadoria, e, em caso de proventos proporcionais, considerar-se-á o tempo de contribuição cumprido até 31 de dezembro de 2003.

CAPÍTULO VIII
Do Custeio do Regime Próprio de Previdência do Distrito Federal

Art. 54 - O **RPPS/DF** de que trata esta Lei Complementar, será custeado mediante os seguintes recursos:

I - contribuição previdenciária do Tesouro do Distrito Federal, fracionada entre os Poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal, incluídos o Tribunal de Contas, autarquias e fundações;

II - contribuição previdenciária dos segurados ativos;

III - contribuição previdenciária dos segurados aposentados e dos pensionistas;

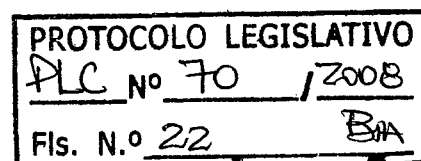
IV - os ativos e rendimentos advindos da exploração do patrimônio imobiliário do **IPREV/DF**;

V - os rendimentos do patrimônio do **IPREV/DF**, tais como os obtidos com aplicações financeiras ou como recebimento de contrapartida pelo uso de seus bens;

VI - as dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal inativo, pensões e outros benefícios previdenciários devidos pela administração direta e indireta dos Poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal, incluído o Tribunal de Contas, das quais sejam seus servidores segurados ou beneficiários;

VII - doações, legados e rendas extraordinárias ou eventuais;

VIII - o produto da alienação de seus bens;



IX - os créditos de natureza previdenciária devidos aos órgãos da administração direta e indireta dos Poderes do Distrito Federal, Executivo e Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;

X - Os créditos devidos ao regime próprio de previdência relativamente aos servidores públicos do Distrito Federal, a título de compensação financeira entre os regimes previdenciários, de que trata a Lei Federal nº. 9.796/1999;

XI - créditos tributários e não tributários que venham a ser ou já estejam inscritos em dívida ativa do Distrito Federal, de suas autarquias e fundações ou recursos advindos da respectiva liquidação;

XII - as participações societárias de propriedade do Distrito Federal, de suas autarquias e fundações, bem como de empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais, mediante prévia autorização legislativa específica;

XIII - recebíveis, direitos de crédito, direitos a título, participações em fundos de que seja titular o Distrito Federal;

XIV - bens dominicais de propriedades do Distrito Federal, Fundações e Autarquias, transferidas na forma desta Lei Complementar.

§1º - Os Chefes dos Poderes do Distrito Federal, Executivo e Legislativo, incluídos o Tribunal de Contas, autarquias e fundações, ficam autorizados a transferir ao patrimônio do **IPREV/DF** bens, direitos e ativos de qualquer natureza, observados os critérios e parâmetros legais, a fim de capitalizar o regime de previdência gerido por aquela autarquia, bem como assegurar o pagamento de seus compromissos.

§2º - Fica o Tesouro do Distrito Federal autorizado a proceder à retenção nos duodécimo dos demais poderes e órgãos, das contribuições previdenciárias e da complementação a que estão sujeitos, conforme previsto nos incisos I, II e III, deste artigo e art. 60 e 61, e repassá-las ao **IPREV/DF**, sendo as possíveis diferenças que vierem a ocorrer em cada mês, compensadas no mês seguinte.

§3º - O Chefe do Poder Executivo proporá, quando necessário, a abertura de créditos orçamentários adicionais, visando assegurar ao **IPREV/DF** alocação de recursos orçamentários destinados à cobertura de eventuais insuficiências orçamentárias e financeiras para a garantia do pagamento das aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários devidos.

Art. 55 - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar ao patrimônio do **IPREV/DF** os seguintes ativos:

I - os bens imóveis dominicais de titularidade do Distrito Federal;

II - os bens imóveis dominicais de titularidade de autarquias e fundações públicas.

§1º - O Órgão competente que trata do Patrimônio Imobiliário do Governo do Distrito Federal - GDF procederá ao inventário dos bens enquadrados nos incisos I e II deste artigo, devendo, a cada 30 dias, a contar da publicação desta lei, promover a publicação dos bens inventariados no período.

§2º - Cumprida a formalidade prevista no *caput*, o Poder Executivo promoverá a incorporação dos aludidos bens imóveis ao **IPREV/DF**, que se efetivará através de termo

administrativo elaborado segundo minuta padrão aprovada pela Procuradoria Geral do Distrito Federal.

§3º - Os imóveis próprios do Distrito Federal com situação dominial ainda não titularizada perante o Registro de Imóveis competente serão objeto de processo de regularização pelo Órgão competente do Distrito Federal, com o necessário suporte jurídico da Procuradoria Geral do Distrito Federal, passando-se, em seguida, sua titularidade para o **IPREV/DF**, nos termos do parágrafo anterior.

§4º - A gestão imobiliária do **IPREV/DF** independe de autorização do Governador do Distrito Federal e deverá observar os valores praticados pelo mercado imobiliário, sendo vedada a alienação ou utilização dos bens imóveis a título gratuito, salvo nos casos de utilização previstos na legislação vigente.

Art. 56 - Os recursos previdenciários vinculados ao **RPPS/DF** serão aplicados nas condições de mercado, com observância de regras de segurança, solvência, liquidez, rentabilidade, proteção e prudência financeira, conforme diretrizes previstas em norma específica do Conselho Monetário Nacional.

Art. 57 - Fica proibida a transferência de bens, direitos e ativos de qualquer natureza do **IPREV/DF** a qualquer outro órgão da administração pública, bem como a alienação ou constituição de ônus reais sobre qualquer bem do seu patrimônio, a título gratuito aos mesmos órgãos.

Art. 58 - As receitas, de que trata o art. 54 desta Lei Complementar, serão utilizadas para pagamentos dos benefícios previdenciários e da taxa de administração destinada à manutenção do **IPREV/DF**, fixada em 2% (dois por cento) do valor total das remunerações, proventos e pensões pagas aos segurados e beneficiários vinculados ao **RPPS/DF**, relativo ao exercício financeiro anterior.

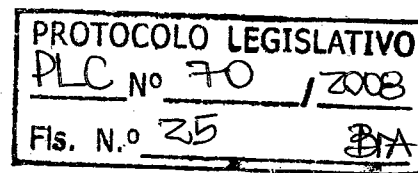
§1º - A taxa de administração será destinada exclusivamente ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do **IPREV/DF**, inclusive para a conservação do seu patrimônio;

§2º - Na verificação da utilização dos recursos destinados à taxa de administração, não serão computadas as despesas diretamente decorrentes das aplicações de recursos em ativos financeiros, conforme previsto em norma do Conselho Monetário Nacional;

§3º - O **IPREV/DF** poderá constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a taxa de administração;

§4º - A aquisição, construção ou reforma de bens imóveis com os recursos destinados à taxa de administração restringem-se aos destinados ao uso próprio da unidade gestora, sendo vedada a utilização desses bens para investimento ou uso por outro órgão público ou particular, em atividades assistenciais ou quaisquer outros fins não previstos no § 1º;

§5º - É vedada a utilização dos recursos previdenciários para fins assistenciais e de saúde, bem como para concessão de verbas indenizatórias ainda que por acidente de serviço.



Seção I
Do Caráter Contributivo

Art. 59 - A contribuição previdenciária patronal do Tesouro do Distrito Federal, fracionada entre os Poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal, incluídos o Tribunal de Contas, autarquias e fundações, de que trata o inciso I do art. 54, será de 22% (vinte e dois por cento), conforme Lei Complementar Distrital n.º 716/2004, incidente sobre a remuneração-de-contribuição, conforme o disposto no art. 62.

Art. 60 - A contribuição previdenciária dos segurados ativos, de que trata o inciso II do art. 54, será de 11% (onze por cento), conforme Lei Complementar Distrital n.º 232/1999, incidente sobre a remuneração-de-contribuição, conforme o disposto no art. 62.

Art. 61 - A contribuição previdenciária dos segurados inativos e dos pensionistas, de que trata o inciso III do art. 54, será de 11% (onze por cento), conforme Lei Complementar Distrital n.º 700/2004, incidente sobre a parcela do provento que supere o valor do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

§1º - Quando o beneficiário da aposentadoria ou da pensão for portador de doença incapacitante, a contribuição de que trata o *caput* incidirá apenas sobre a parcela de provento que supere o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

§2º - A contribuição calculada sobre o benefício de pensão por morte terá como base de cálculo o valor total desse benefício, independentemente do número de cotas, sendo o valor da contribuição rateado entre os pensionistas, na proporção de cada cota parte.

Art. 62 - Entende-se como remuneração-de-contribuição o valor constituído pelo vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, dos adicionais de caráter individual ou outras vantagens, excluídas:

- I - as diárias para viagens;
- II - a ajuda de custo em razão de mudança de sede;
- III - a indenização de transporte;
- IV - o salário-família;
- V - o auxílio-alimentação;
- VI - o auxílio-creche;
- VII - as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho;

VIII - a parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança;

IX - o abono de permanência de que trata o art. 45 desta Lei Complementar;

X - o adicional de férias, e

XI - outras parcelas cujo caráter indenizatório esteja definido em lei

§1º - O segurado ativo poderá optar pela inclusão na remuneração-de-contribuição de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local de trabalho, do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento nos art. 18, 19, 20, 21, 22 e 42, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no §5º do art. 46.

§2º - É vedada a inclusão, nos benefícios de aposentadoria e pensão, para efeito de percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão ou do abono de permanência de que trata o art. 45.

Art. 63 - As contribuições de natureza patronal bem como as contribuições dos segurados ativos, inativos e dos pensionistas, previstas no inciso I, II e III do art. 54, obedecerão ao Plano de Custeio, e serão repassadas, ao **IPREV/DF**, pelo Tesouro do Distrito Federal, conforme regulamentado na Lei Complementar Distrital nº. 716, de 25 de janeiro de 2006.

Parágrafo único - O repasse das contribuições definidas no *caput* ocorrerá em até 05 (cinco) dias contados da data de pagamento do último grupo que compõe as folhas de pagamentos referentes aos subsídios, da remuneração, da gratificação natalícia e da decisão judicial ou administrativa.

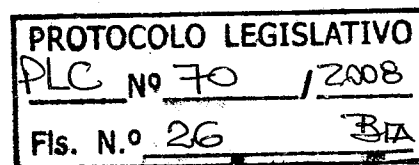
Art. 64 - A gratificação natalícia será considerada, para fins contributivos, separadamente da remuneração de contribuição relativa ao mês em que for pago.

Art. 65 - Para o segurado em regime de acumulação remunerada de cargos considerar-se-á, para fins do **RPPS/DF** o somatório da remuneração de contribuição referente a cada cargo.

Art. 66 - Na cessão de servidores para outro ente federativo, em que o pagamento da remuneração seja com ônus do órgão ou da entidade cessionária, será de sua responsabilidade:

I - o desconto da contribuição devida pelo servidor; e

II - a contribuição devida pelo ente de origem.



§1º - Caberá ao cessionário efetuar o repasse, das contribuições correspondentes ao ente federativo e ao servidor, à unidade gestora do RPPS do ente federativo cedente.

§2º - Caso o cessionário não efetue o repasse das contribuições à unidade gestora no prazo legal, caberá ao ente federativo cedente efetuá-lo, buscando o reembolso de tais valores junto ao cessionário.

§3º - O termo ou ato de cessão do servidor com ônus para o cessionário, deverá prever a responsabilidade deste pelo desconto, recolhimento e repasse das contribuições previdenciárias ao

regime de origem, relativamente à parte patronal e à parte do segurado, conforme valores informados mensalmente pelo cedente.

Art. 67 - Na cessão de servidores para outro ente federativo, sem ônus para o cessionário, continuará sob a responsabilidade do cedente, o desconto e o repasse das contribuições à unidade gestora do RPPS.

Art. 68 - Nas hipóteses de cessão, licenciamento ou afastamento de servidor, de que trata o art. 8º, o cálculo da contribuição será feito de acordo com a remuneração do cargo efetivo de que o servidor é titular.

Parágrafo único - Não incidirão contribuições para o RPPS do ente cedente ou do ente cessionário, nem para o RGPS, sobre as parcelas remuneratórias complementares, não componentes da remuneração do cargo efetivo pagas pelo ente cessionário ao servidor cedido, exceto na hipótese em que houver a opção pela contribuição facultativa ao RPPS do ente cedente, na forma prevista em sua legislação, conforme art. 62.

Art. 69 - O servidor afastado ou licenciado temporariamente do exercício do cargo efetivo sem recebimento de remuneração do ente federativo, inclusive os afastados para o exercício de mandato eletivo em outro ente federativo, somente contará o respectivo tempo de afastamento ou licenciamento para fins de aposentadoria, mediante o recolhimento mensal das contribuições previdenciárias, relativas à parte patronal e à parte do segurado.

§1º - O segurado em atividade que se encontre gozando de licença sem vencimentos, sem ônus à administração pública do Distrito Federal, para fins de assegurar o custeio de seu benefício futuro deverá efetuar o recolhimento mensal, a ser calculado com base na sua remuneração, bem como demais vantagens de fins previdenciários, diretamente ao **IPREV/DF** ou mediante depósito bancário.

§2º - A inobservância por 03 (três) meses consecutivos do recolhimento previdenciário ocasionará na suspensão dos direitos previdenciários do segurado e seus dependentes, só reavendo os mesmos o direito aos benefícios após quitação do total do débito das contribuições previdenciárias, podendo ser feito, através de parcelamento conforme critério disposto pela Diretoria Executiva do **IPREV/DF**, mediante descontos incidentes sobre os proventos de aposentadoria ou benefícios de pensão por morte.

Art. 70 - O recolhimento das contribuições dos segurados ativos é de responsabilidade do órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício, nos seguintes casos:

I - cedido para outro órgão ou entidade da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

II - investido em mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal, nos termos do art. 38 da Constituição da República, desde que o afastamento do cargo se dê com prejuízo da remuneração ou subsídio.

Art. 71 - O Tesouro do Distrito Federal é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras mensais do **RPPS/DF** decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários, e observará a proporcionalidade das despesas entre os Poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal, incluídos o Tribunal de Contas, autarquias e fundações.

Art. 72 - As contribuições previdenciárias e demais débitos previdenciários não recolhidos, até o prazo estabelecido no parágrafo único do art. 63 da presente Lei Complementar, deverão ser atualizados monetariamente, pelos mesmos índices praticados aos débitos para com o Regime Geral de Previdência Social, e sofrerão a incidência de multa de 2% (dois por cento) ao mês, além dos juros de mora de 0,10% (dez centésimos por cento) por dia de atraso.

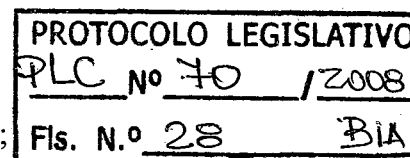
Seção II
Do Plano de Custeio

Art. 73 - O **RPPS/DF** será financiado mediante o regime financeiro de Repartição Simples de reservas matemáticas.

Art. 74 - Os benefícios do Plano Capitalizado poderão ser financiados por Repartição de Capitais de Cobertura, Repartição Simples ou Capitalização, conforme o tipo de prestação definido pelo **IPREV/DF**, anualmente, por ocasião da reavaliação atuarial, de forma a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial.

Art. 75 - A Diretoria Executiva do **IPREV/DF** deverá rever o plano de custeio, anualmente, com base em avaliações atuariais a serem realizadas somente por empresa do ramo ou profissional regularmente cadastrado no Instituto Brasileiro de Atuaria, contendo, necessariamente:

- I - o regime financeiro utilizado;
- II - discriminação de compromissos de natureza previdenciária, demonstrados atuarialmente;
- III - total de reservas, caso existentes;
- IV - estimativa de despesas de caráter administrativo e de pessoal;
- V - estimativa de aportes extraordinários necessários ao cumprimento de suas obrigações, bem como à constituição de reservas para custeio de benefícios futuros.



Seção III
Da Separação das Contas do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal

Art. 76 - O **IPREV/DF**, para permitir pleno controle financeiro e contábil de suas receitas, implantará gradualmente:

- I - controle distinto de contas bancárias e contabilidade do Plano;
- II - registros individualizados das contribuições, por segurado e do Plano.

Parágrafo único - As disponibilidades de caixa do **RPPS/DF** deverão ser sempre depositadas e mantidas em contas bancárias, em nome do **IPREV/DF** separadas das demais disponibilidades do Tesouro do Distrito Federal.

Seção IV
Da Despesa e da Contabilidade

Art. 77 - O **IPREV/DF** observará normas e princípios da Administração e Finanças Públicas, fixadas pela União e pelo Distrito Federal, principalmente, a Lei Federal nº. 4.320/1964, a Lei Federal nº. 8.666/1993 e a Lei Complementar nº. 101/2000-Lei de Responsabilidade Fiscal, com suas alterações e modificações.

Art. 78 - O **IPREV/DF** manterá registro individualizado dos segurados do regime próprio que conterà as seguintes informações:

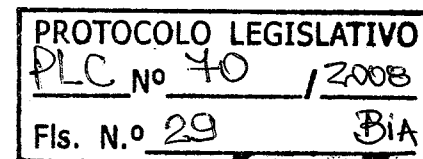
I - nome e demais dados pessoais, inclusive dos dependentes;

II - matrícula e outros dados funcionais;

III - remuneração de contribuição, mês a mês;

IV - valores mensais da contribuição do segurado; e

V - valores mensais da contribuição do ente federativo.



§1º - Ao segurado serão disponibilizadas as informações constantes de seu registro individualizado, mediante extrato anual, relativas ao exercício financeiro anterior.

§2º - Os valores constantes do registro cadastral individualizado serão consolidados para fins contábeis.

Art. 79 - Compete ao **IPREV/DF** realizar as seguintes despesas:

I - de benefícios previdenciários previstos nesta Lei e em conformidade com a legislação federal;

II - de pessoal próprio do **IPREV/DF**, com seus respectivos encargos;

III - de material permanente e de consumo, como todos os insumos necessários à manutenção do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal;

IV - de manutenção e de aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal;

V - com investimentos em conformidade com as normas e regulamentos vigentes para a aplicação dos recursos previdenciários;

VI - com seguro de bens permanentes, para proteção do patrimônio do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, aplicadas subsidiariamente as regras e normas vigentes; e

VII - com outros encargos eventuais, vinculados às suas finalidades essenciais.

Art. 80 - O pagamento dos benefícios previdenciários dos segurados de cada Poder ou órgão, subordinados ao **RPPS/DF** de que trata esta Lei Complementar, será realizado na mesma data em que ocorrer o pagamento dos segurados servidores ativos a eles vinculados.

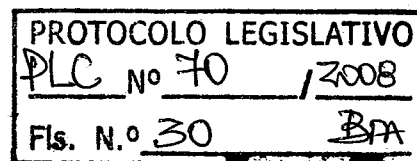
Art. 81 - O **IPREV/DF** poderá contratar serviços especializados para oferecer assessoria técnica na formulação das políticas e diretrizes de investimentos, na avaliação e análise de desempenho de investimentos e na realização de serviços nas demais áreas administrativas,

com a finalidade de atingir os objetivos de sua competência, nos termos da legislação vigente.

Art. 82 - É vedado o pagamento de benefícios previdenciários de que trata esta Lei Complementar mediante convênio, consórcio ou outra forma de associação do Distrito Federal com a União, Estados ou Municípios.

Art. 83 - A partir da competência de janeiro de 2008, será utilizado obrigatoriamente o Plano de Contas aprovado pelo Ministério da Previdência Social.

Seção V
Da Avaliação Atuarial



Art. 84 - O IPREV/DF deverá promover avaliação atuarial para a determinação de taxa de custeio, para a transformação de capitais cumulativos em valores de benefício e para a determinação de reservas matemáticas, dentre outras, na forma estabelecida na legislação federal aplicável.

Art. 85 - As alíquotas de contribuição previstas nesta Lei Complementar deverão ser revistas com base na avaliação atuarial do plano anual de custeio, por ocasião do encerramento do balanço anual do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal.

Parágrafo único. - Constatada a existência de déficit técnico atuarial, o IPREV/DF comunicará ao Chefe do Poder Executivo, a quem caberá a iniciativa de remeter ao Poder Legislativo projeto de lei propondo alteração das alíquotas de contribuição, a exceção das alíquotas de contribuição estabelecidas para os servidores ativos, inativos e pensionistas, que só poderão ser majoradas para acompanhar a alíquota de contribuição mínima praticada pela União aos seus servidores titulares de cargos efetivos.

CAPÍTULO IX
Da Gestão e Estrutura Administrativa

Art. 86 - O IPREV/DF deverá observar na sua atuação os seguintes parâmetros, além dos princípios básicos regentes da atividade pública:

I - gestão financeira e administrativa descentralizada em relação ao Estado, devendo, para tanto, operar com contas próprias distintas das do Tesouro do Distrito Federal;

II - pleno acesso das informações referentes à sua gestão, aos segurados e dependentes e a participação de representantes dos servidores públicos titulares de cargos efetivos, ativos e inativos, nos colegiados em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação;

III - preservação do equilíbrio financeiro e atuarial;

IV - custeio exclusivo da previdência social, de caráter contributivo e solidário, mediante contribuições vertidas pelos órgãos de que trata o art. 1º desta Lei Complementar, dos seus servidores titulares de cargos efetivos, ativos e inativos, incluídos os pensionistas, além dos recursos obtidos pela gestão de recursos e ativos destinados ao seu patrimônio;

V - vedação da criação, majoração ou extensão de quaisquer benefícios sem a indicação de sua fonte de custeio total;

VI - realização de escrituração contábil distinta do Tesouro do Distrito Federal, inclusive de rubricas destacadas nos orçamentos, para pagamentos dos benefícios previdenciários;

VII - manutenção de registro individual dos segurados;

VIII - provimento de sistema público e solidário de previdência social.

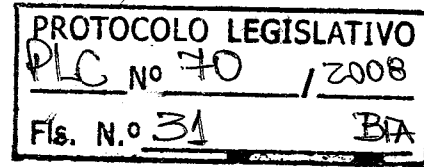
Art. 87 - O **IPREV/DF**, autarquia com sede e foro na Capital da República, goza, em toda a sua plenitude, no que se refere a seus bens, serviços e ações, dos privilégios, inclusive de naturezas processual e tributária, e imunidades garantidos aos órgãos dos entes públicos federativos.

Art. 88 - O **IPREV/DF** contará com os seguintes órgãos na sua estrutura:

I - Conselho de Administração;

II - Conselho Fiscal; e

III - Diretoria Executiva.



Art. 89 - O Conselho de Administração do **IPREV/DF** será composto por 12 (doze) membros nomeados pelo Governador do Distrito Federal, a saber:

I - o Secretário de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG;

I - o Secretário de Estado de Governo;

III - o Secretário de Estado de Fazenda;

IV - o Procurador Geral do Distrito Federal;

V - 01 (um) representante da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

VI - 01 (um) representante do Tribunal de Contas do Distrito Federal;

VII - 05 (cinco) representantes dos segurados, participantes e beneficiários, indicados pelos órgãos de representação dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Distrito Federal.

VIII - o Diretor-Presidente do Instituto de Previdência Social do Distrito Federal - **IPREV/DF**.

§1º - O Presidente do Conselho de Administração será eleito pelos seus pares.

§2º - As reuniões do Conselho instalar-se-ão com a presença da maioria absoluta de seus membros.

§3º - O Conselho deliberará por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente do Conselho, em caso de empate nas deliberações, além do seu, o voto de qualidade.

§4º - Cada membro do Conselho possuirá um suplente nomeado pelo Governador do Distrito Federal.

Art. 90 - O Conselho Fiscal será composto por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, escolhidos entre segurados e/ou beneficiários, ouvidas as respectivas entidades representativas de classe e nomeados pelo Governador do Distrito Federal para o exercício de mandato de um ano, podendo ser reconduzidos por igual período.

Art. 91 - Compete ao Conselho de Administração do **IPREV/DF**:

I - reunir-se, ordinariamente, uma vez em cada trimestre civil, por convocação de seu Presidente e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou da maioria de seus membros;

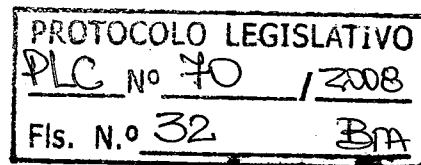
II - fixar as diretrizes gerais de gestão, investimento e alocação dos recursos;

III - exercer a supervisão das operações do **IPREV/DF**;

IV - examinar e aprovar, anualmente, sua avaliação atuarial e o plano de custeio;

V - autorizar a celebração de contratos, acordos e convênios que importem na constituição de ônus reais sobre os bens do **IPREV/DF**;

VI - elaborar e modificar o seu Regimento Interno.



Art. 92 - Compete ao Conselho Fiscal do **IPREV/DF**:

I - reunir-se, ordinariamente, uma vez em cada trimestre civil, por convocação de seu Presidente;

II - examinar e emitir parecer sobre as contas apuradas nos balancetes;

III - dar parecer sobre o balanço anual, contas e atos da Diretoria Executiva, bem como sobre o cumprimento do plano de custeio e coerência dos resultados da avaliação atuarial, inclusive em relação às hipóteses;

IV - examinar, a qualquer tempo, livros e documentos do **IPREV/DF**;

V - lavrar, em livro de atas e pareceres, os resultados dos exames procedidos;

VI - relatar, ao Conselho de Administração, as irregularidades eventualmente apuradas, sugerindo medidas saneadoras;

VII - solicitar, motivadamente, ao Conselho de Administração, a contratação de assessoramento de técnico ou empresa especializada, sem prejuízo do controle de contas externo.

Parágrafo único - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos.

Art. 93 - A Diretoria Executiva do Instituto de Previdência Social do Distrito Federal - **IPREV/DF** será composta por 05 (cinco) Diretores, nomeados pelo Governador do Distrito Federal, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor Vice-Presidente, um Diretor Previdenciário, um Diretor Jurídico e um Diretor Administrativo – Financeiro.

Art. 94 - Compõem a estrutura organizacional do Instituto de Previdência Social do Distrito Federal - **IPREV/DF** os Cargos de Natureza Especial e os Cargos em Comissão constantes no

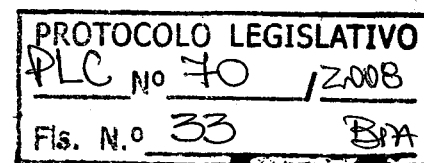
Anexo Único desta Lei Complementar, criados sem aumento de despesa, mediante transformação de cargos do banco de cargos e funções do Governo do Distrito Federal, de que trata o art. 1o, § 3o, do Decreto nº 27.591, de 1º de janeiro de 2007.

Parágrafo único – O Poder Executivo fará publicar no Diário Oficial do Distrito Federal, no prazo de trinta dias contados da publicação desta Lei Complementar, a relação, com símbolos e valores, dos cargos extintos.

Art. 95 - O patrocínio judicial do **IPREV/DF** será exercido pela Procuradoria Geral do Distrito Federal.

Art. 96 - Os créditos do **IPREV/DF** constituem dívida ativa considerada líquida e certa quando esteja devidamente inscrita em livro próprio, com observância dos requisitos exigidos na legislação adotada pelo Distrito Federal para o mesmo fim.

CAPÍTULO X
Das Disposições Finais



Art. 97 - Os Dirigentes do **IPREV/DF** responderão civil e criminalmente, inclusive com seu patrimônio pessoal por qualquer ato lesivo à administração pública e ao patrimônio do regime próprio de previdência do Distrito Federal, observando-se ainda as normas de gestão fiscal e penalidades previstas na Lei Complementar Federal nº. 101/2001-Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único - Serão os dirigentes aludidos no *caput* responsabilizados pessoalmente também pela inobservância das normas para emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, pelo Ministério da Previdência Social, caso comprovada ocorrência de imprudência ou negligência no trato da questão.

Art. 98 - O **IPREV/DF** deverá identificar e consolidar, bimestralmente, em demonstrativos financeiros e orçamentários todas as despesas fixas e variáveis com pessoal inativo e pensionista, bem como de encargos incidentes sobre os proventos e pensões pagos, como também todo demonstrativo pertinente à sua área de atuação exigida pela Lei Complementar Federal nº. 101/2001-Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 99 - Nenhum benefício global de aposentadoria e pensão por morte poderá ter valor bruto inferior ao salário mínimo estabelecido para os servidores estatutários do Distrito Federal.

Art. 100 - O recebimento indevido de benefícios em razão de dolo, fraude ou má-fé, implicará em devolução total do valor auferido, devendo, caso não haja acordo amigável, ser inscrito em dívida, para cobrança judicial cabível, respeitados os direitos a ampla defesa e ao contraditório.

Art. 101 - Fica assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o **RPPS/DF** e outros regimes previdenciários, hipótese em que os diferentes sistemas de previdência social se compensarão financeiramente, para efeito de aposentadoria, vedada a contagem de tempo concomitante.

Parágrafo único - A contagem recíproca de que trata o *caput* deverá ser feita mediante apresentação de Certidão de Tempo de Contribuição fornecida pelo setor competente do regime de previdência de origem do tempo.

Art. 102 - A Certidão de Contagem Recíproca de Tempo de Contribuição poderá ser requerida pelo segurado do **RPPS/DF**, a qualquer tempo, para fins de comprovação de tempo de contribuição junto a qualquer regime previdenciário distinto do previsto nesta Lei Complementar.

§1º - A Certidão a que se refere o *caput*, quando para fins de aposentadoria em outro regime previdenciário, será homologada exclusivamente pelo **IPREV/DF**.

§2º - O **IPREV/DF** disciplinará os procedimentos relativos à emissão de Certidão de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 103 - Excetuada a hipótese de recolhimento indevido, não haverá restituição de contribuições previdenciárias previstas em lei.

Art. 104 - Fica vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata esta Lei Complementar, ressalvados os casos previstos no §4º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. 47/2005, nos termos definidos em lei complementar federal.

Art. 105 - Não será computado para fins de aposentadoria o tempo de contribuição que tiver servido de base para aposentadoria em outro regime de previdência social

Art. 106 - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil e a contabilidade obedecerá, no que couber, às normas gerais públicas da administração financeira e previdenciária.

Art. 107 - Os orçamentos, a programação financeira e os balanços do **IPREV/DF** obedecerão aos padrões e normas instituídos por legislação específica, ajustados às suas peculiaridades.

Parágrafo único - Juntamente com o balanço geral, a cada ano, deverá a Diretoria Executiva realizar, obrigatoriamente, a avaliação atuarial do **IPREV/DF**.

Art. 108 - Os benefícios concedidos não elencados na presente Lei Complementar permanecerão custeados com recursos do Tesouro do Distrito Federal a título de benefício patronal.

Art. 109 - As atribuições dos Diretores e demais Cargos de Natureza Especial e Cargos em Comissão serão estabelecidas em Decreto regulamentador.

§1º - O quadro de pessoal inicial do **IPREV/DF** será formado por servidores públicos do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, mediante requisição de seu Diretor-Presidente ao Governador do Distrito Federal.

§2º - A cessão de servidores de que trata o § 1º dar-se-á com ônus para a origem, ficando assegurados todos os direitos e vantagens do servidor, inclusive o sistema remuneratório de origem, até que se proceda a sua substituição quando da implantação do Quadro Permanente de Pessoal do **IPREV/DF**.

§3º - A constituição do Quadro Permanente de Pessoal do **IPREV/DF** será objeto de lei específica.

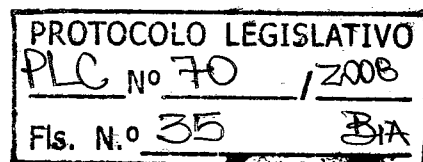
Art. 110 - A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão prestará ao **IPREV/DF**, até a aprovação de seu orçamento, o apoio administrativo, logístico e financeiro que se fizer necessário.

Art. 111 – O Poder Executivo encaminhará, em até trinta dias após a publicação desta Lei Complementar, à Câmara Legislativa do Distrito Federal proposta para abertura de crédito especial com a finalidade de dotar orçamentariamente o **IPREV/DF**.

Art. 112 – As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta dos recursos constantes do orçamento do Distrito Federal.

Art. 113 – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 114 – Revogam-se as disposições em contrário.



ANEXO – ÚNICO
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO IPREV/DF
CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL E EM COMISSÃO
 (Art. 94 da Lei nº. -----, de -- de ---- de 2008)

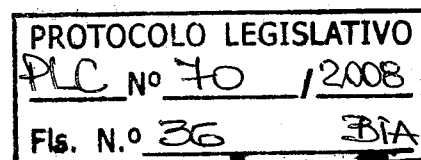
CARGO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
DIRETOR PRESIDENTE	CNE-03	01
DIRETOR VICE-PRESIDENTE	CNE-04	01
DIRETOR	CNE-05	03
ASSESSOR ESPECIAL	CNE-06	02
CHEFE DE DIVISÃO	CNE-07	04
CHEFE DE NÚCLEO JURÍDICO	CNE-07	02
ASSESSOR ESPECIAL	CNE-07	04
GERENTE	DFG-14	09
ASSESSOR JURÍDICO	DFA-14	05
OUVIDOR	DFA-14	01
ASSESSOR	DFA-12	10
ASSESSOR	DFA-11	02
ASSISTENTE	DFA-10	15

CARGO/SÍMBOLO/QUANTIDADE: I) PRESIDÊNCIA: - Diretor Presidente, CNE-03, 01; Diretor Vice-Presidente, CNE-04, 01; Assessor Especial, CNE-06, 02; Assessor Especial de Auditoria, CNE-07, 01; Assessor Especial de Investimentos, CNE-07, 01; Assessor Especial de Comunicação, CNE-07, 01; Assessor Especial, CNE-07, 01; Assessor, DFA-12, 02; Assessor, DFA-11, 02; Assistente, DFA-10, 04.

II) DIRETORIA JURÍDICA: - Diretor Jurídico, CNE-05, 01; Assessor, DFA-14, 01; Assistente, DFA-10, 01; - II.1) Núcleo Jurídico Previdenciário: - Chefe do Núcleo Jurídico Previdenciário, CNE-07, 01; Assessor Jurídico, DFA-14, 02; - II.2) Núcleo Jurídico Institucional: - Chefe do Núcleo Jurídico Institucional, CNE-07, 01; Assessor Jurídico, DFA-14, 02.

III) DIRETORIA DE PREVIDÊNCIA: - Diretor de Previdência, CNE-05, 01; Assistente, DFA-10, 01; III.1) Ouvidoria: - Assessor-Chefe da Ouvidoria, DFA-14, 01; III.2) Divisão de Benefícios: - Chefe da Divisão de Benefícios, CNE-07, 01; Assessor, DFA-12, 01; III.2.1) Gerência de Inativos e Pensionistas: - Gerente de Inativos e Pensionistas, DFG-14, 01; Assessor, DFA-12, 01; III.2.2) Gerência de Atendimento e Cadastro: - Gerente de Atendimento e Cadastro, DFG-14, 01; Assessor, DFA-12, 01; III.3) Divisão de Compensação e Atuária: - Chefe da Divisão de Compensação e Atuária, CNE-07, 01; Assessor, DFA-12, 01; III.3.1) Gerência de Compensação Previdenciária: - Gerente de Compensação Previdenciária, DFG-14, 01; Assessor, DFA-12, 01; III.3.2) Gerência de Acompanhamento Atuarial e Planejamento: - Gerente de Acompanhamento Atuarial e Planejamento, DFG-14, 01; Assessor, DFA-12, 01.

IV) DIRETORIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO: - Diretor de Finanças e Administração, CNE-05, 01; Assistente, DFA-10, 01; IV.1) Divisão de Finanças: - Chefe da Divisão de Finanças, CNE-07, 01; Assessor, DFA-12, 01; IV.1.1) Gerência de Contabilidade: - Gerente de Contabilidade, DFG-14, 01; Assistente, DFA-10, 01; IV.1.2) Gerência de Finanças: - Gerente de Finanças, DFG-14, 01; Assistente, DFA-10, 01; IV.1.3) Gerência de Orçamento e Planejamento: - Gerente de Orçamento e Planejamento, DFG-14, 01; Assistente, DFA-10, 01; IV.2) Divisão de Gestão Administrativa: - Chefe da Divisão de Gestão Administrativa, CNE-07, 01; Assessor, DFA-12, 01; IV.2.1) Gerência de Apoio Operacional e Recursos Humanos: - Gerente de Apoio Operacional e Recursos Humanos, DFG-14, 01; Assistente, DFA-10, 05; e IV.2.3) Gerência de Informática: - Gerente de Informática, DFG-14, 01.

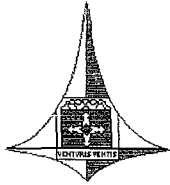


ÍNDICE

PROJETO DE LEI Nº. _____, DE 2007: "Reorganiza e Unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e dá outras providências."

TÍTULO ÚNICO	<i>Do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal</i>	01
CAPÍTULO I	<i>Do Órgão Gestor do Regime Próprio de Previdência Social do DF e dos Objetivos</i>	01
CAPÍTULO II	<i>Dos Beneficiários:</i>	02
Seção I	- <i>Dos Segurados</i>	03
Seção II	- <i>Dos Dependentes</i>	03
Seção III	- <i>Das Inscrições</i>	04
CAPÍTULO III	<i>Do Plano de Benefícios:</i>	05
Seção I	- <i>Da Aposentadoria Compulsória por Invalidez Permanente</i>	05
Seção II	- <i>Da Aposentadoria Compulsória por Idade</i>	07
Seção III	- <i>Da Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição</i>	07
Seção IV	- <i>Da Aposentadoria Voluntária por Idade</i>	08
Seção V	- <i>Da Aposentadoria Especial do Professor</i>	08
Seção VI	- <i>Do Auxílio-Doença</i>	08
Seção VII	- <i>Do Salário-Maternidade</i>	09
Seção VIII	- <i>Do Salário-Família</i>	09
Seção IX	- <i>Da Pensão por Morte</i>	11
Seção X	- <i>Do Auxílio-Reclusão</i>	12
Seção XI	- <i>Do Abono Anual</i>	13
Seção XII	- <i>Das Disposições Gerais sobre Benefícios</i>	13
CAPÍTULO IV	<i>Das Regras de Transição para Concessão de Aposentadoria</i>	14
CAPÍTULO V	<i>Do Abono de Permanência</i>	16
CAPÍTULO VI	<i>Das Regras de Cálculo dos Proventos e Reajuste dos Benefícios:</i>	17
Seção I	- <i>Das Regras do Cálculo dos Proventos de Aposentadoria</i>	17
Seção II	- <i>Dos Documentos Comprobatórios da Contribuição</i>	18
Seção III	- <i>Do Reajustamento dos Benefícios</i>	19
CAPÍTULO VII	<i>Do Direito Adquirido</i>	19
CAPÍTULO VIII	<i>Do Custeio do Regime Próprio de Previdência do Distrito Federal:</i>	20
Seção I	- <i>Do Caráter Contributivo</i>	22
Seção II	- <i>Do Plano de Custeio</i>	25
Seção III	- <i>Da Separação das Contas do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal</i>	26
Seção IV	- <i>Da Despesa e da Contabilidade</i>	26
Seção V	- <i>Da Avaliação Atuarial</i>	28
CAPÍTULO IX	<i>Da Gestão e Estrutura Administrativa</i>	28
CAPÍTULO X	<i>Das Disposições Finais</i>	31

PROTOCOLO LEGISLATIVO
 PLC Nº 40 / 2008
 Fls. N.º 34 BIA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS
SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
Nº. 02/2008 – INAS/PRESI

Brasília, 14 de Abril de 2008.

Excelentíssimo Senhor Governador,

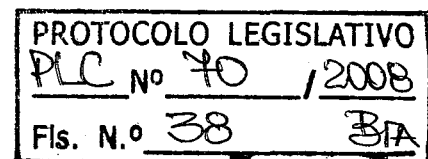
Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei Complementar, que Reorganiza e Unifica o **Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF**, de que trata o art. 40 da Constituição Federal. Ao RPPS/DF estão, obrigatoriamente, filiados todos os servidores titulares de cargos efetivos ativos, inativos e pensionistas, do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Distrito Federal, incluídos o Tribunal de Contas do Distrito Federal, autarquias e fundações, na qualidade de segurados, bem como seus respectivos dependentes.

Em consonância com o Programa de Governo de Vossa Excelência, o presente estudo é resultante do cumprimento do disposto no art. 5º do Decreto nº. 27.624, de 11/01/2007, alterado pelo Decreto nº. 27.870, de 11/04/2007, e Decreto nº. 28.340, de 09/10/2007, com vistas à uniformização de regras, necessárias à harmonização e integração das políticas e das gestões do regime de previdência dos servidores públicos do Distrito Federal.

As Emendas Constitucionais nº. 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005, promoveram profundas alterações nas regras do sistema de previdência social e possuem diversos dispositivos que exigem a edição de lei local para sua aplicação, sem as quais não será possível tornarem-se efetivas as mudanças promovidas. No que concerne ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos, em especial, é exigível a partir de 2008 que esteja implantada a Unidade Gestora e Regime Próprio Únicos, do Distrito Federal, assim como de todos os Entes da Federação, Estados e Municípios.

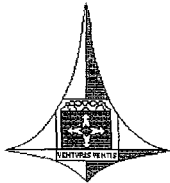
Para que tal obrigação seja concretizada, a proposta de Projeto de Lei Complementar ora encaminhada estabelece em seu art. 3º o órgão gestor único do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, sob a denominação de Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF.

A Sua Excelência o Senhor
JOSÉ ROBERTO ARRUDA
Governador do Distrito Federal
Centro Administrativo do Governo do Distrito Federal
NESTA



"Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade"

SGON - Área Especial – 01, Quadra 01, 1º andar – Edifício Escola de Governo – Fone: 3342-1104 e 3342-1105
CEP: 71.600-601 - Brasília - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS
SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL



No Distrito Federal o RPPS-Regime Próprio de Previdência Social já encontra-se em aplicação, porém ainda não foi criada a unidade gestora responsável pelo gerenciamento e centralização dos benefícios previdenciários. Até o momento os recursos arrecadados com as contribuições dos servidores são repassados para o caixa único do tesouro. Cada órgão, de forma descentralizada, é responsável pelo pagamento dos benefícios concedidos aos seus servidores, contrariando, portanto, a Lei Federal nº. 9.717/98.

Cabe ressaltar que o ante projeto, ora apresentado, contempla todas as leis distritais e as leis federais que disciplinam a matéria, bem como atende dispositivo do art. 75, Inciso-VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, de que a organização da previdência dos servidores públicos do Distrito Federal dar-se-á por lei complementar. Importa esclarecer, ainda, que o corpo técnico do Ministério da Previdência Social realizou o exame prévio do ante projeto apresentado, contribuindo com o trabalho desenvolvido pelo INAS.

Com efeito, o IPREV/DF como gestor único do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – RPPS tem como missão resguardar o bem estar dos servidores públicos distritais ocupantes de cargos efetivos, na condição de beneficiários, além de seus dependentes, assegurando a manutenção do pagamento das aposentadorias e pensões aos seus segurados, em face de incapacidade para o exercício de atividades laborais, de idade avançada, de encargos de família, de reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente. Sendo a atividade previdenciária integralmente fundada no princípio da gestão unificada, da contributividade obrigatória, de benefícios definidos, além da exigência constitucional do equilíbrio financeiro e atuarial.

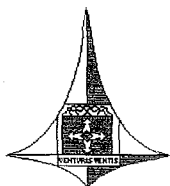
Na esteira das metas gerais do Programa de Governo do Distrito Federal, foram traçadas metas setoriais, almejando-se o desenvolvimento do novo modelo a partir das seguintes ações: “adequar”, “instituir”, “sanear” e “modernizar”, a saber: 1) adequar o Regime Próprio de Servidores Públicos do Distrito Federal aos novos marcos regulatórios preconizados nas Emendas Constitucionais nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005; 2) instituir modelo previdenciário que terá o duplo papel de sustentar o Plano de Custeio do RPPS/DF e de ser um dos vetores do desenvolvimento regional, como investidor institucional; 3) sanear o RPPS/DF, no sentido de dotá-lo do equilíbrio financeiro e atuarial exigido pela legislação vigente; e 4) modernizar a estrutura administrativa e funcional de execução do RPPS/DF, traduzida no emprego de recursos da tecnologia da informação e transmissão de dados voltados às atividades previdenciárias - atividade-fim - e de apoio - atividade-meio, que permita a eficiência da gestão do ativo e do passivo previdenciários.

Ao ensejo, manifesto a Vossa Excelência meus protestos de consideração e apreço.


ODILÓN AIRES CAVALCANTE
Presidente

PROTOCOLO LEGISLATIVO	
PLC Nº 70	/ 2008
Fls. N.º 39	BIA

“Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade”



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS
SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL



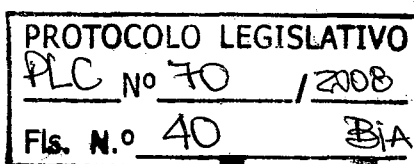
ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº. /2008 – INAS/PRESI
DEMONSTRATIVO DE GASTOS EM CONSONÂNCIA COM A LRF

ACÃO DE GOVERNO	QUANTITATIVO DE CARGOS	APLICAÇÃO DE RECURSOS EXERCÍCIO DE 2008 (R\$)	APLICAÇÃO DE RECURSOS EXERCÍCIO DE 2009 (R\$)	APLICAÇÃO DE RECURSOS EXERCÍCIO DE 2010 (R\$)
- Reorganização e unificação do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF	58	175.521,17/mês 1.579.690,53/ano	175.521,17/mês 2.281.775,21/ano	175.521,17/mês 2.281.775,21/ano

- Observações:

- 1) A origem das receitas para custeio das ações provenientes da execução da proposta ora encaminhada encontram-se definidas, nos termos do art. 54, do Projeto de Lei encaminhado junto a esta Exposição de Motivos, e conforme seu art. 58 serão utilizadas para o pagamento dos benefícios previdenciários e da taxa de administração destinada à manutenção do **IPREVD/DF**, esta fixada em 2% (dois por cento) do valor total das remunerações, proventos e pensões pagas aos segurados e beneficiários vinculados ao **RPPS/DF**, relativo ao exercício financeiro anterior.

- 2) Os valores constantes da tabela acima referem-se aos cargos de natureza especial e aos cargos em comissão relacionados no Anexo Único ao Projeto de Lei encaminhado junto a esta Mensagem, nos termos do art. 93, criados sem aumento de despesa, mediante transformação de cargos do banco de cargos e funções do Governo do Distrito Federal, de que trata o art. 1º, § 3º, do Decreto nº 27.591, de 1º de janeiro de 2007.



"Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade"